



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA Nº 1/2014

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO 2014

PRESIDENTE DA MESA

Manuel Augusto Meirinho Martins

SECRETÁRIOS:

1º Secretário – António Luís Miranda dos Santos Serra

2º Secretário – Sara Ramos Bilo

FALTARAM:

Presidente da Junta de Freguesia de Foios

JUSTIFICARAM A FALTA:

João Manuel Aristides Duarte (*substituído por Rui Manuel Fernandes Chamusco*)

Maria João Xavier Perre Fonseca da Silva

HORA DE ABERTURA:

Vinte horas

LOCAL:

Museu Auditório Municipal



Às vinte horas e trinta e cinco minutos, dado haver quórum, o senhor Presidente da Assembleia, tendo cumprimentado os representantes dos grupos municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarou aberta a sessão. -----

Começou por informar que, no final da Sessão, todos os Membros da Assembleia deveriam assinar o livro de presenças. Nessa altura, deveriam também confirmar o modo como pretendiam receber a documentação da Assembleia Municipal: se por correio eletrónico (email) ou por correio registado (suporte papel). -----

Finda esta nota introdutória, deu início aos trabalhos do Ponto de **Antes da Ordem do Dia**. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 -----

Tomando a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** disse que a ata tinha sido enviada a todos os Membros da Assembleia. Assim e depois de feitas as alterações e correções pelos senhores Carlos Luiz e Joaquim Carreto, foi a ata da sessão realizada no dia 27-12-2013 colocada à votação tendo sido **aprovada**, por unanimidade. -----

PONTO 2 – EXPEDIENTE -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao 1.º Secretário que, depois de cumprimentar os presentes, deu conhecimento do seguinte expediente: -----

- Convocatória endereçada ao senhor Presidente da Assembleia para a reunião do **Conselho Municipal de Educação**, que teve lugar no dia 29 de janeiro de 2014, pelas 14:30 horas, no Centro Comunitário da Santa Casa da Misericórdia do Sabugal; -----
- Ofício da Confraria do Bucho Raiano a enviar convite ao senhor Presidente da Assembleia para participar no **V Capítulo da Confraria do Bucho Raiano** que se iria realizar no dia 01 de março de 2014, na freguesia de Aldeia do Bispo, Concelho de Sabugal; -----

- Ofício da Câmara Municipal de Elvas a enviar **Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos**, aprovada em reunião realizada no dia 11/11/2013; -----
- Pasta alusiva a “*Breves reflexões sobre a Assembleia Municipal*” entregue pelo senhor José Soares Teles; -----
- **Justificação de falta**, à presente Sessão, apresentada por João Manuel Aristides Duarte; -----
- **Justificação de falta**, à presente Sessão, apresentada por Maria João Xavier Perre Fonseca da Silva. -----

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu início à discussão do Ponto 3 – Assuntos Diversos do Período do Antes da Ordem do Dia, tendo perguntado quem pretendia inscrever-se para intervir. Na sequência das inscrições foi dada a palavra a: -----

Luís Gonçalves que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse ser unânime entre todos que se estava a ultrapassar um período de crise e, entretanto, verificava-se que se passeava, pelas ruas do concelho e pelas estradas do país, um mercedes 220 CDI, adquirido recentemente pelo Executivo Camarário. Assim, questionou:-----

1. Qual tinha sido o valor de aquisição da viatura, não obstante o valor base acrescido de IVA ser do conhecimento de todos; -----
2. Se tinham sido pedidos vários orçamentos a várias marcas; -----
3. Se, na opinião do senhor Presidente da Câmara não haveria viaturas ou uma marca generalista que proporcionasse a mesma segurança e *performance* ao Executivo. -----

Por fim, disse não compreender como é que num cenário de crise se gastava essa verba. -----

José Ilídio Clemente que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, procedeu à leitura do documento que se transcreve: -----

-----“*O meu País, de um sonho à realidade.* -----

Há dias tive um sonho fantástico. -----

Sonhei que lá para as bandas da Quinta do Major tinha tido um encontro com um lince da Malcata, tendo nós, encetado um diálogo assaz estranho. -----



Sereno, quase irreal, fantasmagórico até, dirige-me a palavra, acutilante, sagaz e moderado, interpelando-me sobre o que havia já feito para travar o desequilibrado neoliberalismo (pré) ditatorial do governo. Emudeci de espanto, custando-me voltar ao estado normal. -----

Depois, recobrando o ânimo, a razão e, em sonho beliscando a cara para ter a certeza do que se estava a passar, tomei a fala, após breves segundos que me pareceram uma eternidade para dizer de minha justiça. -----

Ouviu-me em silêncio. Sabiamente, com bonomia. Que serenidade, era tanta a paz que transmitia que o mais leve bulir das folhas por ação do vento, assemelhar-se-ia ao mais completo tornado. Parecia seráfico enquanto falava. -----

Depois de me ouvir, sorriu, lambeu as patas e deitou-se. Ficou por uns momentos absorto. Qual esfinge, seráfico e em harmonia total, física e emocional. -----

Por fim, alguns instantes depois, começou a relatar os dislates, transtornos e desequilíbrios a que este regimento conduz, na Saúde Pública, no Comércio, na Indústria, no Desenvolvimento Regional e Local, na Política das Privatizações absurdas, no Desemprego compulsivo, na Migração da nossa mão-de-obra e das nossas melhores cabeças, no desmembramento do Ensino, das Infraestruturas e no Crédito Exterior. Tudo em nome de ir mais além que a Troika, a malfadada Troika ... e o monstruoso deficit que nos pretendem aumentar com um programzinho de míseros dois mil milhões de euros para “acalmar” os mercados! Falou ainda dos programas de aconselhamento da ONU, do FMI, do Parlamento Europeu, e de mais meia dúzia de portugueses onde me incluo e que teimam em amar este país à beira mar plantado e que, pelos vistos, a continuar assim não vai conseguir sobreviver às anormais intempéries que tentam tomar de assalto a nossa costa. Falou depois das civilizações que viu nascer, crescer e nalguns casos morrer, aqui, na sua terra também. Do apego desta gente ao seu torrão natal, e do desespero daqueles que teimam em querer o melhor para todos sem confundir com o maléfico benefício de alguns apenas. -

Estava de novo emudecido. Que sensatez, digna de um verdadeiro dignitário de estirpe principesca. Tive de me recompor e retorqui que, não é nosso desejo chegar ao extremo do outro lado da Europa, onde neste momento uns morrem pela liberdade e outros sucumbem com uma dívida monstruosa, obrigando-se a viver duas vidas para não deixarem o futuro definitivamente na mais completa miséria. Sorrindo, sempre sorrindo, levantou-se o lince. Primeiro virou-me as costas, depois virou a cabeça por breves instantes. Retomando o passo, enquanto se dissimulava na folhagem da paisagem, confundindo-se até não se distinguir a sua presença, ainda o ouvi pronunciar «Tu é que sabes o que queres, filho de Viriato». Corri sôfrego, para continuar na sua presença e sabedoria. Mas, não o vi mais. Estaquei e, quando me preparava para o chamar, para

saber pelo menos o seu nome, acordei do sonho, enquanto ouvia distintamente, pelos ouvidos mas, primeiro pelo coração, a sua voz que dizia «O meu nome é Portugal» ”. -----

João Manata que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, perguntou o que a Câmara do Sabugal pretendia fazer para contrariar o encerramento do Tribunal do Sabugal, porque, por aquilo que ouvira de alguns advogados e pessoas ligadas à Justiça, a secção de proximidade era, na prática, um encerramento. Disse ainda que a quelha que vinha do Castelo e passava pela casa do senhor Norberto Oliveira Manso parecia “*uma retrete pública, porque não havia lá lâmpadas e as pessoas sentiam-se protegidas porque não eram vistas*”. Sabia que pelo menos um dos proprietários não se importava que fosse colocado um candeeiro em frente à sua casa, pelo que solicitou ao senhor Presidente da Câmara que resolvesse a situação com a maior brevidade possível. -----

Celino Augusto que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse ter conhecimento que o *placard* eletrónico do Pavilhão Municipal não funcionava há mais de um ano e tendo em conta que decorriam várias competições nesse espaço, nomeadamente uma a contar para o campeonato nacional da modalidade de Futsal, disse tratar-se de um equipamento que deveria estar a funcionar devidamente. Por fim, perguntou qual o motivo para o equipamento estar avariado há tanto tempo e para quando é que se previa a resolução da situação. -----

Carlos Luiz que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, colocou à Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, as seguintes questões: -----

1. Para que áreas estava destinada a verba contemplada em Orçamento, para Avenças e Contratação, que ultrapassava os quarenta mil euros? Se havia alguém já avençado e em que área? Logo que possível, formalizaria, ao abrigo da alínea a) e b) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um requerimento por escrito para obter a lista dos contemplados;
2. Na área do pessoal e ao abrigo do diploma supra-mencionado e do Decreto- Lei n.º 26/2002, contratação de pessoal eventual ou de outra natureza, havia quatro áreas com verbas significativas, uma das quais rondava cerca de cento e setenta mil euros e outras áreas também significativas no que diz respeito a pessoal;-----
3. No que dizia respeito à Concessão das Termas do Cró e à transposição das verbas, obtivera informação por parte de alguém que tinha estado no Executivo Camarário no mandato anterior,

que a Câmara se responsabilizava em transferir funcionários da Empresa Municipal Sabugal + para a concessionária das Termas do Cró. Assim, perguntou se os salários dos funcionários estavam a ser pagos pela concessionária ou estavam a ser suportados pelo Município? -----

4. A que se destinava a verba no valor de oitocentos e vinte e dois mil euros inscrita no capítulo das Empresas Públicas/Semi-Públicas/Privadas. -----

João Manso que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, começou por voltar à questão já abordada pelo senhor João Manata, relativa ao encerramento da Comarca do Sabugal. Como todos sabiam, tinha sido extinta, no dia 06 de fevereiro de 2014, decorrente da aprovação de um novo Mapa Judiciário pelo Conselho de Ministros. O Tribunal do Sabugal tinha passado a uma secção de proximidade. Assim, perguntou qual o trabalho que tinha sido feito pelo Executivo na tentativa de evitar esta situação. No Distrito da Guarda, apenas os Tribunais de Fornos de Algodres e da Mêda tinham sido extintos. Um concelho grande e extenso, ainda com bastante população, torna difícil compreender esta decisão para o Tribunal do Sabugal; -----

Continuando, disse que o Ministro da Educação, Nuno Crato, há alguns dias em entrevista aos órgãos de comunicação social, deixara claro que pretendia encerrar mais escolas primárias. Como algumas escolas do concelho do Sabugal estavam no limite, perguntou o que iriam fazer para evitar futuros encerramentos; -----

Acrescentou ainda que o Executivo Municipal não tinha estado no aniversário da Casa do Concelho do Sabugal em Lisboa. O senhor Presidente da Câmara, numa entrevista dada ao Jornal Cinco Quinas, referira que não tinha uma relação muito correta com a atual Direção da Casa do Concelho do Sabugal em Lisboa. Assim, perguntou se essa era a razão para a não comparência do Executivo Municipal no aniversário? E se achava que a Casa do Concelho do Sabugal tinha feito ou não um bom trabalho? -----

Face à abertura de concurso para os relvados sintéticos dos campos desportivos do Sabugal e do Soito, perguntou se os relvados seriam para a próxima época desportiva e como pensava executar os trabalhos, porque se houver atrasos na sua execução os clubes irão ter problemas com os espaços.-

Por fim disse que recentemente se tinha realizado uma reunião da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Agrupamento de Escolas do Sabugal e Colégio do Soito, na qual o



D

senhor Presidente da Câmara e toda a Comissão tinham dado a conhecer o trabalho desenvolvido, que era bastante difícil. Na reunião fizera uma intervenção que não tinha sido bem compreendida e assim pretendia fazer um esclarecimento e dar uma sugestão futura aos membros do Executivo. Não concordara com as quatro pessoas que tinham sido nomeadas pela Assembleia na sessão de 28 de dezembro de 2014. Não colocava em causa a sua capacidade e competência mas, no seu entender, havia muitas professoras primárias e educadoras de infância, casadas, com filhos, e tratando esta Comissão de assuntos delicados, as pessoas deveriam ter experiência e sensibilidade, pelo que ficaria bem, no futuro, integrar essas profissionais. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, começou por dizer que a documentação enviada para a presente Sessão tinha chegado apenas na presente data, porque os carteiros dos CTT assim o entendiam. Perguntou se o Município pretendia que os Presidentes de Junta de Freguesia, onde se incluía, estivessem junto à caixa de Correio à espera dos carteiros, porque, se não estiverem, o senhor carteiro deixa na caixa de correio um papel de registo para virem aos correios. Disse que, para estar presente nesta sessão, percorrera sessenta quilómetros para levantar a respetiva correspondência. Concluindo, disse que deveria haver uma relação de trabalho entre as duas entidades, exemplificando que era do seu conhecimento que muitos municípios se queixavam que não recebiam as faturas da água porque as cartas eram devolvidas e depois os serviços tinham de reenviar as faturas o que não lhe parecia correto. Deveria haver um entendimento prévio entre o município e os CTT, embora fossem uma empresa privada, para corresponder aos anseios das populações. -----

Germano Fernandes que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, começou por referir que «a recente legislação publicada, vulgarmente denominado como Mapa Judiciário do País, prevê encerramento de Tribunais e uma nova orgânica a nível do funcionamento dos mesmos. No que respeita ao Concelho do Sabugal, essa legislação prevê o encerramento do Tribunal Judicial da Comarca do Sabugal. Continuando disse “*sobre isto, senhores autarcas, não tenhamos ilusões. O Tribunal vai encerrar*”. A legislação refere Secção de Proximidade. Assim, importa perguntar quais as razões pelas quais o Ministério da Justiça decide encerrar o Tribunal do Sabugal. Por falta de instalações? Não; porque o Tribunal tem instalações suficientes, recentemente reparadas e até o espaço onde funcionava o Notário está encerrado. Por falta de Magistrados? Não; pois fazem parte dos quadros do Ministério da Justiça. Por falta de pessoal, de funcionários? Não; porque também fazem parte dos quadros do Ministério da Justiça. Por falta de segurança? Não; porque é dos poucos Tribunais que tem segurança privada. -----



É pela falta de processos, porque não atinge os duzentos e cinquenta processos, o que é quase surreal. O Tribunal do Sabugal tem os processos que as populações entendem necessários para a defesa dos seus direitos e responsabilizar quem atenta com os seus direitos. -----

A Secção de Proximidade mais não é do que a desertificação do interior. O Concelho do Sabugal com o Tribunal encerrado, irá ficar mais desertificado e menos considerado a nível nacional. -----

Que razões haverá para que o Ministério da Justiça fosse insensível e não tivesse ouvido as informações e as razões que o Executivo Municipal tinha transmitido. Só poderá ser por duas razões: -----

1. O desconhecimento ou o não querer conhecer a realidade municipal;-----

2. Arrogância e altivez da senhora Ministra. -----

1. **O desconhecimento do Concelho.** Será que o Ministério da Justiça, os seus responsáveis políticos, a senhora Ministra e o senhor Secretário de Estado sabem que o Concelho do Sabugal, na sua estrutura geográfica, tem 826,70 Km² e que esta área é superior à área da Ilha da Madeira, que tem 740, 7 Km². Certamente não sabem. Porque se soubessem e se considerassem o fator geográfico não encerrariam o Tribunal. Também não sabem ou não querem saber quais são as dificuldades, em distância e em tempo, que as populações do Concelho têm para se deslocar à Cidade do Sabugal ou, com a nova reforma, à Cidade da Guarda e o tempo na deslocação entre o Escabralhado e a Guarda, Batocas e a Guarda, Quintas do Ribeiro (freguesia de Bendada) e o Sabugal. O Ministério da Justiça desconhece estas realidades onde vivem pessoas e o senhor Presidente da Câmara e o Executivo fazem investimentos de asfaltagem, eletrificação e águas para manterem vivas as localidades e manterem o concelho com população. -----

Por tudo isso, não podemos aceitar, impávidos e serenos, esta situação. O Concelho do Sabugal, com a área geográfica que tem, faz fronteira com cinco concelhos: Almeida, Guarda, Belmonte, Fundão e Penamacor. Faz ainda fronteira com Espanha. A senhora Ministra da Justiça também não deve conhecer as características do concelho, como as Capeias, o Castelo de Cinco Quinas, o contributo dado pelos emigrantes para o enriquecimento do País. Apenas deverá saber da existência do Bucho Raiano que recentemente foi divulgado. -----

2. **A arrogância do Ministério da Justiça.** A senhora Ministra pode, quer e manda, mas há sempre alguém que resiste e diz não. O Concelho do Sabugal merece mais consideração e



P

respeito. É meu entendimento que deverá ser tomada uma posição unânime na Assembleia Municipal que reflita a revolta e a exigência. -----

Na tomada de posse (realizada no dia 18/10/2013), o senhor Presidente da Câmara leu um texto que deveríamos executar, no qual referia: *“É em nome das pessoas que estamos aqui. Que ninguém se deixe desencorajar pela convicção de que não há nada que possamos fazer contra o enorme conjunto dos males do mundo. Ninguém alcançará por si só a grandeza de mudar a história, mas cada um de nós pode trabalhar para mudar uma pequena parte dos acontecimentos, e na totalidade de todos estes atos será escrita a história da nossa terra.*-----

Termino com um poema de Sophia Mello Breyner sobre a ausência que, no caso concreto, se aplica à ausência do Ministério da Justiça relativamente ao Concelho do Sabugal e que é o seguinte: -----

*“Ausência -----
Num deserto sem água -----
Numa noite sem lua -----
Num país sem nome -----
Ou numa terra nua -----
Por maior que seja o desespero -----
Nenhuma ausência é mais funda do que a tua”.*-----

Não devíamos ficar ausentes do dever de reivindicar a manutenção do Tribunal do Sabugal, esperando que seja tomada uma posição em conjunto, nomeadamente o PSD, lista pelo qual fui eleito e que estará em sintonia com a exigência de manter o Tribunal em funcionamento.» -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que tinham chegado à Mesa da Assembleia duas Moções: uma apresentada pelo Grupo do Partido Social Democrata (moção 1) e outra apresentada pelo Grupo do Partido Socialista (moção 2). Assim, procedeu à leitura das Moções que a seguir se transcrevem: -----

Moção 1 -----

“O Grupo de membros da Assembleia Municipal do Sabugal, eleito pelo Partido Social Democrata, declara a sua preocupação e descontentamento pelo facto de o Tribunal da Comarca do Sabugal passar, como consequência da reforma do Mapa Judiciário, a funcionar como “Extensão de



Proximidade”, pelas consequências negativas, no plano social, para os munícipes, em especial em termos de condições de acesso à justiça. -----

Solicitam os subscritores que o senhor Presidente da Câmara envide todos os esforços no sentido de procurar reverter a situação e que desta moção seja dado conhecimento às entidades da respetiva tutela”. -----

Moção 2 -----

“MOÇÃO DE PROTESTO PELO ENCERRAMENTO DO TRIBUNAL JUDICIAL DO SABUGAL

Os Tribunais Judiciais são instrumentos centrais da qualidade da democracia, desempenhando amplas funções, designadamente de proteção e de efetivação de direitos, liberdades e garantias, de controlo social, de facilitação do desenvolvimento social e económico, mas também funções simbólicas onde se joga muita da reserva de confiança dos cidadãos no funcionamento das instituições do Estado e a realização da Justiça. -----

O processo de reforma deveria, por isso, permitir a participação dos cidadãos na procura do equilíbrio entre racionalidade e proximidade, compreendendo que o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas fortalece a democracia e a coesão social e que elas não se alcançam apenas com a formal legitimidade política saída de um processo eleitoral. -----

O acesso aos Tribunais está hoje condicionado por muitos fatores, como o valor das custas judiciais, as restrições ao apoio judiciário, o maior ou menor acesso a outros serviços judiciários, em especial, do Ministério Público. -----

Mas a distância geográfica é também uma componente importante do acesso, e a reforma do Mapa Judiciário não deveria contribuir para agravar a desertificação do território. Com esta reforma a justiça ficou, em geral, mais distante. É preciso compreender o empobrecimento das populações, as assimetrias territoriais, as dificuldades e os custos com deslocações de partes e de testemunhas, até que o processo termine. -----

Os equilíbrios entre racionalidade, acesso e cidadania podem ser obtidos por vias que não sejam tão punitivas para as populações que resistem no interior do país. -----



O novo mapa judiciário, aprovado há dias pelo Governo, é visto como mais um Serviço que desaparece. Depois dos Correios, das Finanças, da Escola, da Farmácia, do Posto da G.N.R., da Junta de Freguesia, do Posto de Saúde, desta vez são os Tribunais. Com estas medidas ficamos mais pobres e mais distantes dos centros de decisão”. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** disse que primeiro iria dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas e, posteriormente, seria feito um intervalo de dez minutos, durante o qual reuniria com os representantes dos Grupos Municipais para debater o conteúdo das Moções apresentadas. Assim, deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, começou por agradecer as questões que lhe tinham sido colocadas. -----

Quanto à questão do Tribunal, colocada pelo senhor João Manata e pelo senhor João Manso, nomeadamente o que tinha sido feito até ao momento, disse que, há cerca de dois anos, tinha sido apresentado um Mapa Judiciário que encerrava o Tribunal do Sabugal. Durante estes dois anos tinha havido tomadas de posição por parte da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal, bem como reuniões com o Ministério da Justiça, manifestações no Terreiro do Paço, posições tomadas por parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses, manifestos apresentados no Ministério da Justiça, colocando em ênfase as particularidades do Concelho do Sabugal. Contudo, apesar de todas as medidas que tinham sido tomadas, não tinham sido ouvidos na totalidade pela senhora Ministra. No caso concreto do Sabugal, tinha havido alguma evolução, embora não fosse suficiente para que ficassem quietos e calados, para que não houvesse um continuar da intervenção e exigência, manifestação e luta. Hoje sabe-se que o tribunal não fecha e que o Sabugal terá uma secção de proximidade em regime especial. Esperemos que o Tribunal do Sabugal continue a funcionar e que os Sabugalenses não sintam qualquer alteração. -----

Depois da aprovação deste Mapa Judiciário, tinha havido mais uma reunião com a Associação Nacional de Municípios Portugueses em Coimbra, onde estivera presente e se tinham perspetivado lutas em conjunto. Disse não pretender entrar numa manifestação de defesa do Tribunal do Sabugal de forma isolada, embora fosse a forma mais fácil, porque estava convicto que enquanto houvesse Municípios, estes deveriam ser uma Comarca. Não era por ter havido evolução positiva no Sabugal que iriam cruzar os braços. Deveriam continuar unidos no seio da Associação Nacional de Municípios Portugueses, mas também poderiam encetar formas particulares de luta e de influência para que se invertesse a situação. Qualquer encerramento de um serviço no concelho era uma perda

de competitividade e atratividade para os que pretendam vir para cá residir. Continuará disponível, em alerta e atento. Seguirá também as orientações que a Assembleia Municipal, eventualmente, lhe sugerir mas, tal como tinha sido feito inicialmente, iriam continuar a trabalhar afincadamente, nomeadamente com os profissionais do Tribunal, com quem estivera sempre em contacto, concordância e coordenação. -----

Na sequência do que dissera o senhor João Manso, relativamente às escolas do 1º ciclo, respondeu que estavam a funcionar oito escolas no Concelho do Sabugal e não tinha referência que houvesse intenção de encerramento de nenhuma escola. Informou ainda que não estaria disponível para fazer a concentração de alunos nos Centros Escolares enquanto não existissem outras estruturas e outros edifícios. -----

Quanto aos relvados sintéticos dos campos desportivos tinham sido colocados a concurso, e deverá ser feita a adjudicação até ao dia 31/03/2014, por ser a data limite para se apresentarem as candidaturas na CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, para obtenção do respetivo financiamento. A sua execução estava prevista no término da época desportiva para que não houvesse problemas no início da nova época, nem interferência na atual. ---

No aniversário da Casa do Concelho do Sabugal estiveram presentes os senhores Vereadores do Partido Socialista (António José Vaz e Pedro Antunes) que também integram o Executivo Municipal. Disse ainda respeitar a promoção de atividades que decorram fora do concelho por estas entidades fazerem um trabalho meritório a favor da promoção do concelho do Sabugal. Informou ainda terem sido atribuídos apoios, pela Câmara Municipal, à Casa do Concelho do Sabugal, no valor de 50.000,00€, aos longos dos últimos seis anos. Sempre defendera que a Casa do Sabugal deverá trazer mais para o concelho do que levar do concelho. Fazia votos para que uma instituição com tantos anos não se extinga, que rejuvenesça das cinzas e que trabalhe em coordenação com a Câmara. -----

Esclareceu ainda que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco funcionava no seio da Câmara, mas com autonomia e que a seleção das competências que deveriam ter os técnicos que dela faziam parte estava prevista em legislação e o Executivo Municipal não interferia nesse procedimento. -----

Relativamente à questão da travessa referida pelo senhor João Manata, disse ter tomado nota e iria verificar com os respetivos serviços. -----

Quanto à questão do placard eletrónico, colocada pelo senhor Celino Augusto, disse que o mesmo tinha sido destruído, aquando da cedência à Comissão de Mordomos do São João 2013, para a realização do evento “24 horas”. Evidentemente que não tinham culpa do placard estar colocado no local errado. O placard estava a aguardar a respetiva reparação, no valor de quatro mil euros. -----

Relativamente ao conjunto de questões colocadas pelo senhor Carlos Luiz, todas elas diziam respeito ao Plano e Orçamento pelo que responderia de imediato a algumas, comprometendo-se a enviar a determinação das Avenças e Contratações. Informou ter alguns contenciosos jurídicos, nomeadamente com as Águas do Zêzere e Côa, que englobava a maior parte da despesa prevista nas rubricas referidas. -----

Quanto ao pessoal, havia um conjunto de estágios profissionais e programas ocupacionais que se pretendiam promover, sendo esta uma das formas de conseguir fixar e valorizar alguns jovens licenciados do concelho. -----

No que à questão da concessão da exploração das Termas do Cró dizia respeito, deveria haver algum lapso, pois não existia qualquer Protocolo celebrado com a Empresa Municipal Sabugal+ nesse sentido. -----

Subsídios a privados era uma das figuras previstas no POCAL, sendo a única designação plausível para enquadrar os Protocolos celebrados com a Empresa Viúva Monteiro & Irmão e a Rodoviária da Beira Interior, devidamente aprovados na Assembleia, relativamente aos Transportes Escolares, e com o apoio concedido a algumas atividades de interesse municipal levadas a cabo por Empresas, no âmbito do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais do Concelho do Sabugal (Sabugal Invest). -----

Por último e em resposta à questão colocada pelo senhor Luís Gonçalves, disse que a primeira intervenção que tinha feito na Assembleia era muito mesquinha e acreditava que a dificuldade que o senhor Luís Gonçalves tivera em colocar a questão era a mesma dificuldade que tinha o Presidente da Câmara para lhe responder. -----

Retomados os trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que, da reunião com os representantes dos Grupos Municipais presentes resultou um consenso para proceder a fusão das mesmas, resultando numa única Moção que sujeitaria à apreciação e votação da assembleia.-----

Antes de proceder à leitura da Moção, o senhor Presidente da Assembleia solicitou ao Pessoal de Apoio que fechasse as portas do Auditório por forma a evitar o ruído do exterior (bar). Na

sequência de pedido de interpelação à Mesa da Assembleia, foi dada a palavra ao senhor **Joaquim Carreto** que disse *«mandou fechar as portas da assembleia e no Regimento diz que elas devem estar abertas. Tem é de mandar fechar o barulho do bar, mas as portas da assembleia têm que estar abertas»*. Em resposta, o senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que o facto de as portas estarem fechadas não significava que estivessem bloqueadas a ponto de impedir o acesso público, pelo que o requisito de a Assembleia ser pública se mantinha garantido, uma vez que as portas poderiam ser abertas e qualquer pessoa poderia entrar e sair daquele espaço. Na sequência deste esclarecimento, o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou ao senhor **Joaquim Carreto** que evitasse fazer interpelações desta natureza evocando o Regimento, uma vez que, na decorrência do previsto no mesmo, a competência da sua interpretação é clara. Sem ter solicitado a palavra ao senhor **Presidente da Assembleia**, o senhor **Joaquim Carreto** interrompeu a explicação que estava a ser dada para afirmar que não concordava com tal interpretação, tendo o senhor **Presidente da Assembleia** respondido que se não concordava com a interpretação da Mesa, que acabara de clarificar para toda a Assembleia, poderia fazer um recurso para o Plenário. Novamente, sem ter solicitado a palavra ao senhor **Presidente da Assembleia**, o senhor **Joaquim Carreto** declarou o seguinte: *«estamos em ditadura»*.-----

Continuando os trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à leitura da Moção de protesto pelo encerramento do Tribunal Judicial do Sabugal que se transcreve: -----

“MOÇÃO DE PROTESTO PELO ENCERRAMENTO DO TRIBUNAL JUDICIAL DO SABUGAL

Os Tribunais Judiciais são instrumentos centrais da qualidade da democracia, desempenhando amplas funções, designadamente de proteção e de efetivação de direitos, liberdades e garantias, de controlo social, de facilitação do desenvolvimento social e económico, mas também funções simbólicas onde se joga muita da reserva de confiança dos cidadãos no funcionamento das instituições do Estado e a realização da Justiça. -----

O processo de reforma deveria, por isso, permitir a participação dos cidadãos na procura do equilíbrio entre racionalidade e proximidade, compreendendo que o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas fortalece a democracia e a coesão social e que elas não se alcançam apenas com a formal legitimidade política saída de um processo eleitoral. -----

O acesso aos Tribunais está hoje condicionado por muitos fatores, como o valor das custas judiciais, as restrições ao apoio judiciário, o maior ou menor acesso a outros serviços judiciais, em especial, do Ministério Público. -----

Mas a distância geográfica é também uma componente importante do acesso, e a reforma do Mapa Judiciário não deveria contribuir para agravar a desertificação do território. Com esta reforma a justiça ficou, em geral, mais distante. É preciso compreender o empobrecimento das populações, as assimetrias territoriais, as dificuldades e os custos com deslocações de partes e de testemunhas, até que o processo termine. -----

Os equilíbrios entre racionalidade, acesso e cidadania podem ser obtidos por vias que não sejam tão punitivas para as populações que resistem no interior do país. -----

Solicitam os subscritores que o senhor Presidente da Câmara envie todos os esforços no sentido de procurar reverter a situação e que desta Moção seja dado conhecimento às Entidades da respetiva Tutela”. -----

Finda a leitura, disse ter sido esta a Moção que resultara do consenso entre as Moções que tinham sido propostas pelo PSD e pelo PS, dando assim força à continuidade do trabalho que era necessário fazer. De seguida, colocou a Moção à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Face ao pedido de **defesa da honra**, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Luís Gonçalves** que tomando a palavra disse: *«quem anda nisto, anda com vontade e tem direito à liberdade de expressão. Não estamos aqui a fazer juízos de valor da expressão de cada um! Da minha parte, não me sinto minimizado pela tentativa que o senhor Presidente teve de me inferiorizar perante esta Assembleia. Se calhar consegui irritá-lo e o senhor Presidente não me conseguiu responder. Na gestão, há questões objetivas e a questão é gastar 40.000,00€ por um carro que tem as mesmas funções, senhor Presidente. Aqui não há nada que enganar. O senhor conduz em segurança num Mercedes CDI 220 ou numa Laguna ou num C3. Esta questão parece-me clara e unânime perante todos. Se o senhor Presidente tem gosto pessoal pela marca de Estugarda, está tudo muito bem. Agora, estou com dificuldade outra vez, porque estou a conter um bocadinho os nervos, porque o senhor tentou ser muito poderoso comigo e tentou aqui ridicularizar-me. Vamos fazer política, como referiu no seu discurso, de tomada de posse, que até gostei muito. Hostilizar as posições e não responder às questões não é fazermos pelo concelho.*

J

Responde-me, se entender que me deve responder. Agora, não me diga que nem sequer mereço resposta. Eu não represento um voto. Eu fui eleito por alguns milhares de Sabugalenses, tal como o senhor Presidente. Com o devido respeito, peço-lhe, se lhe for possível responder, qual foi o valor da viatura, se porventura foram pedidos orçamentos a outras marcas e se outra viatura não faria o mesmo efeito. Eu agradecia-lhe que me respondesse». -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra o senhor **Presidente da Câmara** que, em resposta, disse que iria enviar todo o processo referente à aquisição da viatura. Justificou ainda que se esta era uma questão de interesse para o debate político e para o desenvolvimento do Concelho do Sabugal, deveria continuar assim! -----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2014; -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que tomou a palavra para dizer que a 1.ª Revisão tinha a ver com a necessidade de incluir novos projetos no Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades mais relevantes, concretamente rubricas do Pocal que não estavam especificadas no Orçamento, aprovado em dezembro, nomeadamente pavimentação e outras obras em arruamentos - Delegações de Competências, apoio a corporações de Bombeiros – Despesas de Capital, aquisição e grande reparação de material de transporte e aquisição de sinalização para as estradas e caminhos municipais. Estas tinham sido rubricas não integradas no Orçamento inicial pelo que se propunha a aprovação da Revisão em apreço. -----

Terminada a apresentação dos documentos em análise, o senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Luís Gonçalves que, tomando a palavra, disse: *«Dita a doutrina económica que o orçamento se elabora com base na despesa efetuada no exercício anterior para se poderem calcular com objetividade quais as receitas necessárias para satisfazer a despesa prevista. Jamais será aceitável introduzir o argumento de que os orçamentos são feitos com base nas receitas e despesas previstas, pois um orçamento deverá ser, sempre, um documento elaborado com uma base de sustentabilidade elevada, reportando-me aqui às despesas efetivamente realizadas, despesas*

correntes, amortizações, etc. no exercício anterior e, com base nas mesmas, fazer uma previsão das receitas necessárias à execução das despesas. -----

Foi-nos aqui apresentado, nesta assembleia, no passado dia 28/12/2013, as Grandes Opções do Plano, bem como o Orçamento para 2014, como sendo um Orçamento agregador de convicções, como aliás consta da ata que hoje, aqui nesta Assembleia, já foi aprovada. Passando a citar: «está em marcha a execução de um instrumento de planeamento que desejo, seja, um documento agregador de vontades, mas mais que isso, um documento agregador das convicções», palavras do senhor Presidente. -----

Mas um Orçamento também carece de um verdadeiro planeamento, facto que, ao que nos parece, não deveria ter pautado o Executivo do Partido Social Democrata na sua realização, pois precisamente dois meses depois, estamos aqui hoje, nesta Assembleia, a discutir a primeira alteração ao Orçamento. Também é facto inegável que também os atuais Vereadores do Partido Socialista sempre defenderam um orçamento participativo, pois só assim será possível ouvir, dar resposta e cimentar necessidades exequíveis dos Sabugalenses, de todos os Sabugalenses, evitando desta forma uma e outra alteração ao Orçamento. Planeamento e proximidade com os Sabugalenses, dando-lhe ouvidos e assim satisfazer as suas necessidades, este é o chavão. O chavão nuclear e não uma tendência para a continuidade de políticas que, na prática, se traduzem posicionando o Sabugal no lugar 169º dos 308 Municípios Portugueses, a menos de metade da tabela dos melhores Municípios, segundo o ranking da city brand, publicado no passado dia 18 de fevereiro no Jornal de Negócios.-----

Termino dizendo e reforçando que há que ter atitudes de planeamento profundas, objetivas e eficazes, evitando assim alterações orçamentais, pois a única alteração necessária, essa sim profunda mas consciente, é de que o Sabugal, o nosso Sabugal, seja cada vez mais forte, que faça a sua ascensão, deixando o meio da tabela e se catapulte para o futuro com vigor e vitalidade». -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que, em resposta, disse que, há meia dúzia de anos atrás, tinham sido rotulados de estarem posicionados no lugar número 308, por isso, se estavam no meio da tabela, não estavam mal. Tinha entendido tudo o que dissera. Referira a questão da proximidade e das respostas de proximidade com urgência. Mas mais uma vez, ao ter feito esta intervenção, não tinha tido o cuidado de verificar o motivo de ter aparecido uma revisão orçamental. Disse ainda, que a lei permitia a apresentação das revisões orçamentais necessárias. Continuando, disse não ser possível prever que os Bombeiros do Soito, na Sessão realizada no dia 28 de dezembro 2013 iriam ter um acidente no IP3 e deteriorar uma das



suas viaturas, sendo esta uma das razões da revisão ao orçamento em análise. Por fim, disse que deveria ter procurado as razões e depois colocava as questões que pretendia. -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a **1.ª Revisão ao Orçamento para 2014** à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com seis abstenções. -----

PONTO 2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2014-2017; -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que, tomando a palavra, disse tratar-se de um ponto contínuo ao anterior. Pretendia-se traduzir o que tinha sido aprovado no primeiro ponto, em termos de Mapas Financeiros e que eram apresentados no segundo ponto. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições para intervir, foi a **1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2014-2017** colocada à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com dez abstenções. -----

PONTO 3 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA FORNECIMENTO DE GÁS A TRÊS ANOS PARA AS PISCINAS MUNICIPAIS; -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, para apresentar este ponto, que tomou a palavra para dizer que, como era referido na informação, no âmbito da reestruturação da Empresa Municipal Sabugal+, o Fornecimento de Gás para as Piscinas Municipais tinha deixado de ser uma despesa da Empresa Municipal Sabugal+, passando a ser da responsabilidade da Câmara Municipal. Como era necessário proceder à abertura de um concurso de fornecimento, pelo período de três anos, pelo valor de 319.512,20€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, era necessária a aprovação da Repartição de Encargos (por mais do que um ano económico) por parte da Assembleia. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições para intervir, colocou o assunto à votação,

tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a **Repartição de Encargos para fornecimento de gás a três anos para as Piscinas Municipais**. -----

PONTO 4 -DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SABUGAL À ASSOCIAÇÃO DO REGADIO – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL;-----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto que, tomando a palavra, disse tratar-se de uma adesão por parte da Câmara a uma associação de desenvolvimento. Tinha a ver com a questão do regadio da Cova da Beira, nomeadamente os concelhos de Belmonte, Penamacor, Sabugal e Fundão. Informou que esta associação tinha sido criada em 2007 para se preparar no âmbito do Quadro Comunitário 2007-2013. Era uma ferramenta do QREN que os municípios (Fundão e Belmonte essencialmente) tinham para que pudessem aproveitar os fundos do QREN. Não tendo sido possível, a associação esteve em “*hibernação*”. Recentemente, tinham reunido para conseguirem reativar a Associação de Desenvolvimento para se poder ter uma ferramenta para o novo quadro comunitário. A adesão proposta implicará o pagamento de uma quota, no valor de 250,00€/ano. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições, colocou o assunto à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, **autorizar a adesão da Câmara Municipal do Sabugal à Associação do Regadio – Associação de Desenvolvimento Local**. -----

PONTO 5 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SABUGAL À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA CASTANHA;-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, informou o público presente que, nos termos do número 3 do artigo 25.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal, poderiam fazer chegar à Mesa da Assembleia as suas inscrições para intervir no período seguinte, referente à Intervenção do Público, inserindo na respetiva inscrição o nome e o tema. De seguida, passou a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que começou por dizer que, com esta adesão à Associação Portuguesa da Castanha, se pretendia dinamizar o Centro Experimental do Castanheiro, localizado na Colónia Agrícola Martim Rei. Aquando da visita do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da

Natureza a este espaço, na última quarta-feira, tinha ficado em aberto a possibilidade de protocolar com o Centro de Interpretação Ambiental da Senhora da Graça, o reforço da produção de castanheiros para oferta aos que pretendam plantar. Esta adesão permitiria que o Município do Sabugal se perfilasse na fileira da castanha. Tratava-se de uma boa iniciativa, permitindo ao Município estar presente em cada momento na plataforma e usufruir, quer cientificamente, quer na utilização prática dos serviços da associação, para que se possa dinamizar o plantio, a produção, a comercialização e a transformação deste produto em alguma parte do território. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

José Ilídio Clemente que tomou a palavra para perguntar onde estava localizada a sede da Associação Portuguesa da Castanha. Em resposta o senhor **Presidente da Câmara** disse que só na reunião do Conselho Geral de Sócios é que decidiriam a localização da sede definitiva, a iniciativa foi apresentada na UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. -----

Joaquim Carreto que, tomando a palavra, disse concordar plenamente na adesão à associação, pelas diversas razões que estavam expressas no documento. Perguntou ainda se a informação prestada sobre o assunto iria ser transcrita na ata da presente sessão, tendo-lhe sido respondido pelo senhor **Presidente da Assembleia** que apenas iria ser redigida a deliberação tomada. O senhor **Joaquim Carreto** referiu que «*A ser transcrito, era necessário corrigir alguns erros ortográficos que tem*». Nesta decorrência, o senhor **Presidente da Assembleia** referiu ao senhor **Joaquim Carreto** que considerava desnecessária esta sua intervenção, dado que lhe tinha sido respondido precisamente que a informação não iria ser transcrita na ata. Sem solicitar a palavra ao senhor **Presidente da Assembleia**, o senhor **Joaquim Carreto** disse «*No 1.º parágrafo do documento, na segunda página diz «...19 instalações de unidade familiar de transformação, prática de estudos no melhoramento de variedades, motorização...». Vão por motores para controlo de doenças ou será monitorização que querem dizer?»*». -----

Em face do teor da intervenção do senhor **Joaquim Carreto** e da sua insistência em usar da palavra sem a solicitar ao senhor **Presidente da Assembleia**, e antes de colocar o assunto à votação, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que qualquer Membro da Assembleia Municipal para intervir tinha de lhe solicitar a palavra, nos termos do Regimento. Considerando que a actuação do senhor **Joaquim Carreto** configurava falta de respeito ao Presidente da Mesa, à Mesa e mesmo à

Assembleia, informou que iria fazer uma interrupção da sessão para reunir com os representantes dos Grupos Municipais, ao abrigo da alínea d) do artigo 21.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

Na reunião com os todos os representantes dos Grupos Municipais presentes, o Presidente da Assembleia solicitou ao representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, senhor **Luís Gonçalves** que efectuasse as diligências adequadas junto do senhor Joaquim Carreto, no sentido de este assumir um comportamento respeitador de dignificador da Assembleia e do seu Regimento, sendo que a manter-se o comportamento referido no parágrafo anterior, teria que interromper definitivamente os trabalhos.

Retomados os trabalhos e na sequência de pedido de intervenção solicitado pelo representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, senhor **Luís Gonçalves**, este declarou: *«Foi comunicado ao Membro da Assembleia Municipal, Joaquim Carreto, a intenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal»*. O senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu em seu nome e em nome da Assembleia o empenho demonstrado pelo senhor **Luís Gonçalves** na resolução da matéria em referência.-----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor **Joaquim Carreto**, tendo este declarado: *«O senhor Presidente está a fazer um juízo de valor errado em relação à minha Pessoa. Eu, em relação a si, não estou a fazer juízo nenhum porque não tenho essa capacidade. Se lhe faltei ao respeito não foi essa a minha intenção. Não é minha conduta, no dia-a-dia, faltar ao respeito seja a quem for, muito menos ao Presidente da Assembleia Municipal do Concelho do Sabugal. Quando me perguntou: «Pedi a palavra para que efeito?» Respondi para o efeito que tinha sido feito, porque é uma redundância mas é uma realidade. Tive oportunidade de dizer ao senhor Presidente da Câmara que concordava plenamente com a adesão à associação. Depois limitei-me a pedir-lhe um esclarecimento, pura e simplesmente. De resto não houve mais nada. Acho que há aqui um quid pro quo que não tem razão nenhuma de existir. A partir daqui penso que o assunto está encerrado e se, porventura, o ofendi peço as minhas desculpas. Se me ofendeu a mim, está desculpado»*. -----

Antes de colocar o assunto à votação, o senhor **Presidente da Assembleia** afirmou que aceitava as desculpas apresentadas pelo senhor **Joaquim Carreto**, aproveitando para reiterar o louvor à intervenção efectuada pelo representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, senhor **Luís**

Gonçalves. De seguida e não havendo mais intervenções, colocou o assunto à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, **autorizar a adesão da Câmara Municipal do Sabugal à Associação Portuguesa da Castanha.** -----

PONTO 6 - ATIVIDADE MUNICIPAL -----

O senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para dizer que se iria passar à discussão deste ponto, tendo dado a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para dizer que a informação, por escrito tinha sido distribuída a todos os Membros da Assembleia, pelo que, se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição.-----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL.** -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto, o senhor **Presidente da Assembleia**, antes de passar a palavra ao Município inscrito para intervir neste período da Ordem de Trabalhos, informou que recebera um documento (focado no Ponto referente ao Expediente) com o título: **“Breves reflexões sobre a Assembleia Municipal”** entregue pelo senhor José Soares Teles. Não tivera tempo de ler o documento entregue, mas teria todo o gosto em lê-lo e eventualmente, em próxima sessão, efectuar algumas anotações, se fosse caso disso. -----

De seguida e na sequência de inscrição, foi dada a palavra ao Município **José Soares Teles** que, tomando a palavra, deixou as seguintes notas:-----

1. Que providências o senhor Presidente da Câmara estava a pensar em tomar ou tinha tomado relativamente aos edifícios do concelho que continham amianto;-----
2. Relativamente à Castanha, disse que primeiro se deveria ter criado uma Liga de Produtores da castanha do concelho, integrando as freguesias de Vale de Espinho, Quadrazais, Aldeia da Ponte, etc., consultando, para o efeito, o Jurista Municipal; -----
3. A Central de Betonagem, carecia de solução urgente, devido à poluição e agressão que estava a fazer ao Ambiente. O senhor Presidente da Câmara tinha autorizado a construção de uma fábrica de betão a 10 metros de uma residência. No Distrito da Guarda havia três Centrais de Betão que se encontram localizadas fora da Cidade. Como é que no Sabugal tinha sido autorizado aquela localização? -----

4. Na Rua de Alcanizes era necessária a colocação de uma placa de sentido único pois as viaturas não conseguiam circular nos dois sentidos; -----
5. Já tinha pedido em sessões anteriores que as placas colocadas perto do Museu fossem substituídas, pois não se conseguia ler o seu conteúdo. O senhor Presidente tinha muitos técnicos que poderiam facilmente resolver a situação; -----
6. Recentemente falara com um funcionário da autarquia, que estava a podar uma árvore, se sabia o que estava a fazer, tendo-lhe sido respondido “Sei perfeitamente”. Mas a poda tinha sido tão grande que não sabia se a árvore iria aguentar! -----
7. Vivemos numa Sociedade em que estamos sedentos de conhecimento e justiça social. Assim, sugeriu que o senhor Presidente da Câmara mandasse comprar o livro: “*Como o Estado gasta o nosso dinheiro*”, da autoria de Carlos Moreno, Juiz Conselheiro Jubilado do Tribunal de Contas e distribuisse pelos senhores Presidentes de Junta para saberem como é que o Estado espatifou milhões e milhões de contos, durante anos e anos. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para, em resposta às questões colocadas, dizer que: -----

Relativamente à poda das árvores no Largo da Fonte, efetivamente, confiava no trabalho que tinha sido feito pelos funcionários;-----

A Central de Betão estava devidamente licenciada. Para o efeito, tinham sido emitidos pareceres técnicos das entidades competentes e tinha havido a devida monitorização. -----

O Sabugal não tinha assim tanto movimento e viaturas a circular para que se condicionasse a circulação na Rua de Alcanizes a apenas um sentido. -----

Por fim agradeceu todas as referências que tinham sido deixadas. -----

Findas as intervenções e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a sessão**, eram vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas,

nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Isabel Gonçalves, Assistente Técnica que a lavrei e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia, _____


Manuel Augusto Meirinho Martins

A Assistente Técnica, _____


Isabel Gonçalves